



Introdução: coleções, colecionadores e práticas de representação¹

Edmundo Pereira²

Manuel Lima Filho³

“Elas são a base a partir da qual se constroem proposições coerentes (ou não), se desenvolvem descrições mais ou menos exatas, se efetuam verificações, se desdobram teorias. Formam o antecedente do que se revelará e funcionará como um conhecimento ou uma ilusão, uma verdade admitida ou um erro denunciado, uma aquisição definitiva ou um obstáculo superado”.

(O saber. In: Foucault, M. Arqueologia do saber, [1969] 2008, p. 203)

-
- 1 Agradecimentos: todos, todas e todes colegas que participaram dos ricos, críticos e generosos debates ao longo do conjunto de GTs dedicados ao tema das coleções científicas e humanistas; representantes e colegas de grupos, coletivos e povos pela acolhida, apoio e interlocução na realização de alguns dos trabalhos reunidos; arquivistas, museólogos e curadores que permitiram e qualificaram o acesso a fundos documentais e coleções.
 - 2 Professor associado do Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ).
 - 3 Professor associado da Faculdade de Ciências Sociais e pesquisador associado do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (MA/UFG); bolsista do CNPq.

Este livro resulta de empreendimento coletivo, tanto porque se organiza em coletânea de estudos temática e teoricamente variada quanto porque se propõe aproximar analiticamente do fazer científico-humanista tomando como ponto de enredamento de saberes, objetos e atores, as coleções em suas intrincadas vidas sociais. Fruto de três encontros em grupos de trabalho de reuniões científicas,⁴ articulando rede ampla nacional de pesquisadoras e pesquisadores, profissionais, pós-graduandas e pós-graduandos, situados em instituições federais e estaduais de ensino, e com escopo disciplinar que abarcou a Antropologia, a História e a Museologia.

Já faz algum tempo, o fenômeno da geração, salvaguarda e exibição sistemática de conjuntos e séries de objetos variados, as *coleções*, tem lugar no horizonte investigativo das Ciências Naturais, das Ciências Sociais, da História, das Artes, e das Humanidades em sentido amplo, usualmente localizada na experiência ocidental euro-americana, e tendo como marco de coordenada epistêmica o reconhecimento e a definição do período *moderno* na produção do conhecimento sobre a *vida*, da *Natureza à Humanidade*. Findlen (1994), para a História, relacionando a formação da Botânica como *ciência* com o aparecimento dos museus e jardins botânicos como *teatros da natureza*, debruça-se, na passagem dos séculos XVI-XVII, sobre o modo como a produção de exsicatas e o mapeamento da distributividade de *variedades* por

4 O GT Coleções, colecionadores e práticas de representação foi realizado da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia e nos 41º e 42º Encontros Anuais da ANPOCS. Somadas as edições, ao todo foram recebidos 71 trabalhos, congregando pesquisadores e pesquisadoras de diversos estados e Instituições de Ensino Superior, entre mestres, doutores e profissionais. Parte inicial destes investimentos foi editada em Lima Filho e Pereira (2018).

região tornaram a *Natureza* uma “entidade colecionável” (Findlen, 1994, p. 2). Além disso, recuperando a formação do que tipifica como *cultura científica europeia*, a partir da configuração que enreda acadêmicos, farmacêuticos, boticários, membros da corte e mercadores em praças e mercados, demonstra como as práticas de colecionamento podem ser entendidas como um modo de “manter algum grau de controle sobre o mundo natural mensurando-o” (Findlen, 1994, p. 4).

Nesse contexto, as novas *técnicas de investigação* (trabalho de campo, organização de coleções e arquivos, intensificação das trocas entre estudiosos) se relacionam com e instrumentalizam novos modos de entender e agir sobre as coisas, as pessoas e os ambientes. Tomando como referência o quadro epistêmico das Ciências Naturais, “tomar posse da Natureza” (Findlen, 1994, p. 3). Para o caso das Ciências Sociais emergentes, na passagem dos séculos XVIII-XIX, Cohn (1996, p. 4), lendo o processo de colecionamento como situação colonial, conclui que um dos espaços de conquistas, além dos territórios a cartografar, é o “espaço epistemológico”. Mensurar, ordenar, classificar, plotar, além de operações de geração de conhecimento sobre a diversidade *cultural e natural*, estão entre algumas das operações que as rotinas de administração de populações e ambientes impõem.⁵

5 Como escreveu faz algum tempo Anderson, problematizando o modo como distintos saberes e formas de representação operaram como instrumentos e modeladores da imaginação da nação e do império: “a urdidura desse pensamento era uma grade classificatória totalizante que podia ser aplicada com uma flexibilidade ilimitada a qualquer coisa sob o controle real ou apenas visual do Estado” (Anderson, 2008, p. 253).

Retomando, mais recentemente, algumas destas implicações nas relações entre conhecer e dominar, Bennett *et al.* (2017) demonstraram que, no caso das antropologias do entre séculos XIX-XX, processos de colecionamento operaram com e como processos de governabilidade audiovisual. O que temos classificado como *trabalho de campo* se conforma como “ponto de conexão entre mundos colonizadores e mundos indígenas” (Bennett *et al.*, 2017, p. 3), interseccionando processos de colecionamento, investigação, ordenamento e governança. Se inicialmente o tema das coleções e das práticas de colecionamento aparece subsumido a temas englobantes como *ciência, arte, museus, patrimônio e cultura*, ao ganhar destaque e circunscrição ao longo das últimas décadas,⁶ permite não só aprofundar o entendimento das condições de produção de conhecimento, mas também revelar epistemes em operação em campos disciplinares distintos como as Ciências Naturais, a Antropologia, a Linguística e os estudos do Patrimônio.⁷

Nesse nível etnográfico e analítico, tanto eventos sociais passam a ser o ponto de escrutínio na compreensão das operações científicas quanto a atenção investigativa e teórica é direcionada ao modo como os atores e conhecimentos em interação condicionam e enquadram as tecnologias de comunicação, os regimes

6 Veja-se p.e.: Stocking Jr., 1985; Baudrillard, 1994; Pearce, 1995; Pomian, 1987; Clifford, 1988; Thomas, 1991; Findlen, 1994; Cohn, 1996; Bennett, 1995; Messenger, 1999; Gosden e Knowles, 2001; Swann, 2001; O’Hanlon e Welsch, 2002; Belk, 2006; Owen, 2006; Fabian, 2010; Fabian, 2010; L’Estoile, 2010; Bleichmar, 2012; Boltanski e Esquerre, 2015; Bennett *et al.*, 2017; Françaço e Ordoez, 2019.

7 Pels e Salemink (2000), p.e., para a Antropologia, tratam este movimento, desenvolvido sobretudo no pós-1980, como de produção de “histórias contextuais da prática etnográfica”.

de valor e os objetos postos em circulação. Etnografias do colecionamento permitem colocar em crivo crítico a geração de coleções, ampliar as distinções entre tipos de colecionamentos etnográficos e focar nos “aspectos locais das agências”, a “miscelânea de intermediários” (O’Hanlon, 2000, p. 3) envolvidos nas práticas científico-humanistas. Dessa forma, é possível recuperar arranjos de poder, contraditórios, negociações em arenas de economias materiais e simbólicas complexas e imbricadas.

Um dos efeitos desse exercício é o de evidenciar os controles locais sobre a circulação de certos objetos ou conjuntos de conhecimentos (narrativas, cantos, conhecimentos médico-botânicos). Ao rés do chão, operações de alienação de objetos sagrados e produção de objetos feitos para circulação entre não indígenas foram postas em prática. Como conclui Thomas (1991) para os colecionamentos da Oceania, performances de produção do valor foram organizadas por indivíduos, grupos e populações locais em face das variadas demandas externas. O que é lido por um colecionador como “autêntico”, do ponto de vista indígena pode ter sido produzido como uma “duplicata” (O’Hanlon, 2000, p. 28). Sem o investimento na permanência de qualidades como o *mana*, notadamente nos *objetos* rituais, a produção de réplicas pode ser moeda de troca na intrincada economia de relações com o Ocidente.

Dos processos de esbulho e violência, reações variadas foram organizadas pelos grupos e povos historicamente colecionados e representados por gravuras, fotos, objetos e registros audiovisuais, artefatos da objetificação científico-museal. Em meio aos debates contemporâneos, este fato fica especialmente dramático

nas disputas jurídico-patrimoniais por reparação, repatriamento ou reunificação de bens religiosos e de remanescentes humanos. Do ponto de vista dos regimes de valor em disputa, o que antes era *expedição*, hoje é *exploração*; *coleta*, *roubo*; *salvaguarda*, *apropriação* (Mihesuah, 2000). A crítica aos processos de desumanização científico-museal está entre as mais contundentes, traduzida no reconhecimento e na denúncia das políticas de representação que os processos de conquista e colonização implicaram, não só do ponto de vista de coleções e exposições, mas também de seus efeitos para geração e difusão de variados etnocentrismos nos idiomas da raça, da cultura, do gênero e da sexualidade.⁸ Políticas de representação são denunciadas não só porque representam subalternizando, mas porque são geradoras de experiências do exótico.⁹

Nesse quadro, os trabalhos investigativos tanto escrutinam as práticas de representação das alteridades materializadas na composição de séries de objetos de múltiplos suportes quanto atentam para as representações na prática, condicionando as percepções dos mundos e sendo modeladas pela criatividade dos processos sociais. Padrões de consciência, referenciais linguísticos e estruturas técnico-cognitivas de conhecimento se expandem, se retraem, se imiscuem com o que se põe a representar nas guerras por corações e mentes.¹⁰ Como propõe Eldridge

8 Veja-se p.e.: Bordieu, 1999; Said, 2003, 2007; Todorov, 1999; Agawu, 1995; Bazin, 2008; Bouquet e Porto, 2005.

9 Nos termos de Bordieu (1998), configuram "programas de percepção".

10 Veja-se, p.e.: Bourdieu, 1998; Eldridge, 1996; Ingold, 2000, 2013.

et al. (1996, p. 1), diante dos potenciais para as teorias da representação de operar analiticamente com modelos pragmáticos e poéticos de compressão e produção da vida, “De uma crítica da representação, espera-se, pode derivar uma crítica teórica da cultura” (Eldridge *et al.*, 1996, p. 1).

Na literatura brasileira, encontramos a atenção à formação e interpretação de *coleções* dispersa nos estudos do patrimônio, na etnologia, na antropologia dos museus, nos estudos de folclore e cultura popular e na história da ciência e das artes.¹¹ Aparecem, sobretudo, subsumidas a referentes etnográficos e analíticos englobantes (como *ciências, natureza e cultura*), e recorrem a conjuntos teóricos heterodoxos para modelar análises críticas de processos de objetivação científico-humanista e seus vínculos com a administração audiovisual de coletivos e identidades culturais e ambientais. Visto em seu conjunto, os trabalhos que compõem este volume parecem representar algumas dessas áreas de investigação. Exercitando algum ordenamento: da etnologia indígena (com os casos da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, e das coleções *indígenas* asuri do Xingu e karajá do Araguaia), do folclore e das culturas populares (com a discoteca alagoana de Theo Brandão e os fonogramas da Campanha do Folclore dos anos 1970 entre os Tremembé do Ceará), da antropologia da arte e dos museus (com a trajetória de uma estilista *brasileira* nos

11 Veja-se p.e.: Oliveira, 1987; Souza Lima, 1987; Abreu, 1994; Abreu, 1996; Abreu, 2005; Gonçalves, 2007; Lopes e Heizer, 2011; Silva e Gordon, 2011; Dias e Souza Lima, 2012; Françoço, 2014; Reinheimer, 2013; Rocha e Eckert, 2015; Roca, 2015; Pereira, 2016; Lima, 2017; Van Velthem, 2017; Lopes, 2017; Abreu, Chagas e Santos, 2018; Pereira, 2018; Lima Filho e Pereira, 2019; Pereira, 2020; Oliveira e Santos, 2019; Cavalcanti e Correa, 2019; Santos, 2020; Cury, 2020; Lima Filho, 2022; Lima Filho e Pereira, 2021; Soares, 2022.

anos 1960, as coleções clínicas em arte-terapia do Museu do Inconsciente, e a musealização de documentos da polícia política por recomendação da Comissão Estadual da Verdade, e de remanescentes humanos de Agustin, *el gigante extremeño*). Fechando a coletânea, reunimos reflexões interessadas sobre os princípios éticos e possibilidades dialógicas que envolvem as práticas de colecionamento e curadoria (com o colecionamento audiovisual como uma forma de restituição em Porto Alegre, e a musealização como um processo participativo no Museu Arqueológico e Etnográfico de São Paulo).

Abrimos com o caso da *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882, recuperado por Michele de Barcelos Agostinho em duas facetas do imbricado e assimétrico quadro de relações entre curadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro e indígenas de diversos povos na formação de coleções. Por um lado, focando do trabalho curatorial de Ladislau Netto, Diretor do Museu Nacional, que antecede a Exposição, a autora recupera uma extensa articulação nacional de redes da elite do Império, pontas administrativas nas Províncias, para gerar e remeter coleções etnográficas e de remanescentes humanos para a capital imperial. Parte dessa elite, ressalta a autora, condição do empreendimento colecionista, já cultivava o colecionamento de itens das ciências naturais e antropológicas. Por outro lado, apesar de todas as políticas de silenciamento e higienização histórica de determinadas presenças, compõe um conjunto de trajetórias de indígenas exercendo distintos papéis, de índios bravos *tapuia* a porteiros e informantes sobre certas coleções.

O caso de uma *coleção asurini* de 1971, como recupera Fabíola Andréa Silva, integra três planos testemunhais: o dos primeiros contatos do povo indígena com o “homem branco”, o do trabalho de colecionamento do missionário e etnólogo austríaco Anton Lukesh, e do ponto em que estava a *cultura material* do povo. A *expedição* de curta duração, comanda por Lukesh, acontece em meio a um momento dramático para os Asurini, entre epidemias e guerras com seus vizinhos. Ainda assim, entre desentendimentos e modulações de regimes de valor na circulação de objetos indígenas e não indígenas, consegue compor uma coleção de dezenas de objetos, *representativa* de suas indústrias e técnicas. Por fim, devemos agregar mais uma camada histórica ao conjunto de testemunhos que a coleção reúne: a recuperação, pela autora, do *paradeiro* de uma coleção etnográfica indígena brasileira, documento do entrelaçamento das histórias passadas e contemporâneas, indígenas e antropológicas.

Outro *paradeiro* de coleção etnológica indígena, dentro da retomada recente da atenção antropológica para as coisas e o colecionamento das coisas, é o da *coleção karajá* do etnólogo estadunidense William Lipkind, composta ao longo de seu trabalho de campo, entre 1938-1939, com artefatos dos subgrupos Karajá, Javaé e Xambioá. Cecilia de Oliveira Ewbank e Maria Pierro Gripp, integrantes da equipe que documentou e investigou o conjunto de algumas centenas de objetos,¹² recuperam em seu projeto museológico o cotidiano das reservas técnicas, estendendo as arenas de disputa da instituição museal. De sua pesquisa de

12 Veja-se: Lima Filho, 2017; Ewbank e Lima Filho, 2017.

campo no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, as autoras reúnem rotinas, classificações e representações catalográficas de parte da história do Setor, bem como documentam a coleção, incluindo reflexivamente a própria atividade museal e suas artefatações, e ampliando suas possibilidades narrativas.

Do ponto de vista dos suportes materiais e materialidades em colecionamento, a produção e organização de fonogramas, fotos e filmes nos permitem alinhar trabalhos voltados para a formação do acervo folclórico e de cultura popular da *diversidade nacional* narrativa, musical, coreográfica e dramática. No caso das coleções de *gravações* do *folclorista* Theo Brandão, constituídas ao longo de três décadas (1948-1981), suas condições de produção são recuperadas por Wagner Neves Diniz Chaves, enfatizando, em especial, as relações do intelectual alagoano com Manoel Lourenço, *mestre* do reisado e guerreiro registrado. A partir destas, em quadro etnográfico e histórico comparativo com outras coleções fonográficas brasileiras, o autor recupera algumas das condições de documentação sonora das tradições musicais brasileiras, da alagoana em particular, revelando a rede de colaboradores (agentes populares, folcloristas, membros da elite e políticos regionais e nacionais) que permite a institucionalização das atividades folcloristas e a formação de acervos audiovisuais.

Esse trabalho de colecionamento audiovisual é tanto técnico quanto científico, e deve ser entendido ainda, como propõe Carlos Guilherme Octaviano do Valle para o caso das gravações da

Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro entre os Tremembé do Ceará na década de 1970, no conjunto das ações de governabilidade e administração de regiões e populações. Dadas as condições da rede de interação reveladas pelo trabalho investigativo sobre a formação do acervo documental da Campanha, o autor relaciona a patrimonialização de um bem de pedra e cal, a *igreja barroca* de Almofala, com a de um bem intangível, a *dança do Torém*, no mesmo quadro de governabilidade patrimonial. Alçados a ícones, o histórico de ações e registros dos bens material e imaterial revela tanto um campo amplo de articulação e mediação intelectual quanto institucional envolvendo entes como o Sphan, o SPI e o Museu Goeldi. Por fim, ponto de chegada das leituras contemporâneas de conjuntos documentais: os sentidos e valores dos acervos não estão subsumidos a seus contextos de produção, e descendentes de indígenas registrados, ao ouvirem e verem seus parentes e coisas, podem se emocionar, rememorar, reativar saberes culturais, reivindicar bens.

Apesar do quadro de enredamento intelectual e administrativo reunido nos casos das coleções etnológicas indígenas e de folclore e cultura popular, as práticas de colecionamento, do ponto de vista do espectro amplo de configurações que o referente *modernidade* agrega, podem estar mais difundidas e difusas na sociedade como um todo. Do ponto de vista da composição de trajetórias artísticas como o caso de Olly Reinheimer, como recupera Patricia Reinheimer, ainda que contextualizável no quadro geral da institucionalização do design entre as décadas de 1950-1970, o colecionamento também se configura como

uma das estratégias para a formação da subjetividade. Como uma prática individual, de formação de coleções *particulares*, que no enredamento de biografias de coleções e colecionadores, pode ao final compor espólios, coleções de família, fundos. Além disso, tendo a roupa e a mobília como suportes reflexivo e argumentativo, práticas de colecionamento tanto conformam acervos quanto documentam para fomentar a criação de artes *brasileiras*, em particular um projeto de design expresso nos materiais e idiomas locais.

Operações de artificação também estão presentes nos debates entre *arte* e *psiquiatria* compostos por Felipe Magaldi para o caso do Museu de Imagens do Inconsciente no Rio de Janeiro. Do ponto de vista da Dra. Nise da Silveira, psiquiatra, as imagens geradas no *ateliê* criado no Hospital do Engenho de Dentro participaram da ordem clínica e terapêutica científico-manicomial. São, sobretudo, *documentos médicos* de uso e acesso restritos. Ao mesmo tempo, os avanços médico-psicológicos, com o uso de técnicas artísticas para estudo, diagnóstico e terapêutica, relacionaram-se, ao longo do século XX, com movimentos artísticos e de musealização da *loucura*. No caso composto, sua passagem à coleção e exibição se deu em controverso ambiente envolvendo artistas, críticos e a psiquiatra, entre ideários psicanalíticos e primitivistas, ao longo das décadas 1940-1950. Em 1952, é fundado o Museu, e o estatuto com coleções do acervo e as operações de musealização fazem com que os desenhos e pinturas reunidos possam transitar entre o psiquiátrico e o artístico.

Operações de musealização na administração de processos de representação e disputa aparecem no debate reunido por Andrea Falcão para o caso dos trabalhos e articulações para a criação de um *Memorial da Anistia e Direitos Humanos*, um dos efeitos das recomendações da *Comissão Estadual da Verdade* do Rio de Janeiro. Demanda histórica de grupos, indivíduos e instituições da sociedade civil, sua criação supõe ocupar o equipamento e coisas da antiga Polícia Central e posterior Departamento de Ordem Política e Social (Dops) no Rio de Janeiro, transformando-os em lugar de memória das modalidades de controle classificatório do estado policial repressor, e de promoção das justiças de transição e dos direitos humanos. Desta vez, na passagem do documento para a coleção, revelam-se também os constrangimentos que materialidades específicas impõem aos trabalhos da memória e da patrimonialização. Tomar o prédio como um artefato, estratégia etnográfica e analítica, possibilita atentar para o modo como sua configuração arquitetônica incide sobre outros níveis da materialidade do controle documental policial e da repressão política, entre salas, arquivos e formatos da documentação.

O caso da exibição de remanescentes humanos composto por Renata Montechiare põe as operações e projetos das objetivações museais em uma arena *sensível*: a prática museológica de exposição de *restos humanos*, naturalizada desde o século XIX e observada criticamente em pautas sociais e regulamentações internacionais contemporâneas como “materiais sensíveis”. Pauta catalisada a partir dos acessos mais facilitados, muitas vezes em

razão das políticas de transparência e livre acesso de informações por parte dos coletivos representados nos circuitos museais e pelo público. Sua reflexão tem como base o caso da exposição da *ossada* de um homem *gigante* – Augustin – no Museo Nacional de Antropología de Madrid. A representação de Augustin migra, em momentos distintos de concepção expositiva, de exemplo do *objeto científico* (antropologia física e medicina) para a sinalização de uma identidade *regional* da Espanha (Extremadura), ambas fundadas na musealização de uma *pessoa morta*. Este último movimento, do ponto de vista de representantes locais e descendentes, coloca no debate demandas por reparação, repatriamento e humanização de objetos museais.

Por fim, fechando o conjunto etnográfico e analítico, enfatizamos um dos quadros contemporâneos em que atos de colecionamento e de curadoria se configuraram ao longo de todos os debates dos grupos de trabalho realizados: o das éticas e responsabilidades sociais dos investigadores e investigadoras, gestores e gestoras, e representantes de coletivos e povos articulados em toda a cadeia de produção, coleção e exibição das coisas socioculturais e ambientais.

“Como produzir, organizar e divulgar coleções ao lado de nossos interlocutores?”. A questão é um dos motores das experiências etnográficas de Yuri Rapkiewicz e José Abalos Júnior relacionadas com o patrimônio cultural ferroviário do Rio Grande do Sul e o Cais Mauá de Porto Alegre, dentro do que denominam ‘coleccionismo ético’ ou ‘etno-coleccionismo’ como *modus operandi* do profissional de antropologia, por meio da prática da *restituição*

do produto cultural coproduzido. Assim, propõem os autores, liberdade, justiça e reconhecimento se associam nas bases conceituais e morais a favor daquilo que denominam de ‘dignidade imagética’. Promover alguma equalização das condições de participação e acesso ao ato de colecionar. Nesse quadro, projetos variados se engajam entre a produção de um acervo documental multimídia e a composição de histórias de vida ferroviárias que documentam trajetórias profissionais e denunciam processos de precarização das formas de trabalho.

Ainda que novas relações, mais negociadas em sua composição, estejam se realizando em atos de colecionamento e curadorias compartilhados, como apontado por Marília Cury na reflexão que encerra a coletânea, o conflito se configura como maneira de tensionar e complementar as experiências etnográficas vividas com os sujeitos protagonistas da pesquisa antropológica e suas interpretações sobre os atos de colecionar, salvaguardar e exhibir. A autora salienta a ausência de um horizonte normativo que oriente procedimentos técnicos, conceituais e éticos para gestão de *coleções indígenas* em museus que possam mediar uma *musealia* dialógica entre indígenas e não indígenas. Nesse sentido, o caráter *material*, positivo das coleções, tão caro ao Ocidente, antes metonímia no jogo evolucionista racializado das diferenças culturais, agora pode ser revestido de interpretações compostas dos variados sentidos e projetos de suas imaterialidades. Resulta disso uma fratura do controle dos museus sobre os objetos, coleções e modos de exhibir. Ao mesmo tempo, salienta a autora, a inserção necessária dos atores indígenas nos processos

de gestão, curadoria e exposição de coleções deve ser uma condição *a priori* de uma curadoria compartilhada, pontos de ação e reflexão resultantes de sua longa experiência com os povos Kaingang, Krenak, Terena e Guarani Nhandewa.

Ao fim desta prospecção em distintos campos investigativos materiais, simbólicos e agentivos, ressaltamos que *coleções* constituem séries multifacetadas, índices de utopias enciclopedistas, racionalismos científicos, modernismos artísticos, atos de barbárie e direitos de repatriamento em suas longas trajetórias biográficas. Diante dos casos e linhas reflexivas reunidos, gostaríamos de enfatizar que, do ponto de vista das transações de bens culturais e da cadeia que pode levá-los do mercado das artes a um museu nacional, a produção e gestão de coleções opera tanto como dispositivo de governo, articulando administração, ciência e humanidades, quanto como catalizador de memórias subterrâneas indígenas, camponesas, afro-descendentes, de contra-histórias em arenas de reparação e restituição. Esperamos, editores, autoras e autores, que estes materiais e reflexões sobre coleções variadas; práticas de colecionamento particulares e institucionais, articulando redes locais, nacionais e internacionais; e processos de objetivação e representação de alteridades em arenas de economias simbólicas tensionadas, contribuam para dar continuidade aos entrelaçamentos de histórias críticas das ciências e das humanidades com as de povos, comunidades e coletivos humanos.

Referências

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian (org.). *20 Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamind; MinC/Iphan. 7, 2017.

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 31, p. 100-125, 2005.

ABREU, Regina. História de uma Coleção: Miguel Calmon e o Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 199-235, 1994.

AGAWU, Kofi. *Representing african music: postcolonial notes, queries, positions*. New York: Routledge, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. The System of Collecting. In: ELSNER, J.; CARDINAL, R. (Eds.) *The Cultures of Collecting*. London: Reaktion, 1994.

BAZIN, Jean. *Des clous dans la Joconde*. L'anthropologie autrement. Paris: Anarchsis, 2008.

BELK, Russell. Collectors and Collecting. In: TILLEY, C. et al. (Ed.). *Handbook of Material Culture*. London: Sage Pub., 2006.

BENNETT, Tony et al. *Collecting, ordering, governing*. Anthropology, Museums and Liberal Government. Durham and London: Duke University Press, 2017.

BLEICHMAR, D.; MANCALL, P. (Eds.) *Collecting Across Cultures*. Material Exchanges in the Early Modern Atlantic World. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2011.

BOLTANSKI, L.; ESQUERRE, A. La “collection”: une forme neuve du capitalisme la mise en valeur économique du passé et ses effets. *Les temps modernes*, n. 679, p. 5-72, 2015.

BOUQUET, M.; PORTO, N. Introduction: Science, Magic and Religion: the ritual rocess of Museum magic. In: BOUQUET, M.; PORTO, N. (Eds.). *Science, Magic and Religion*. The Ritual Processes of Museum Magic. Oxford: Berghahn Books, 2005. p. 1-18.

BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1999.

CAVALCANTI, M. L. V.; CORREA, J. (org.). *Enlaces: estudos de folclore e culturas populares*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan, 2017.

CLIFFORD, J. On collecting art and culture. In: CLIFFORD, J. *The Predicaments of Culture*. The twentieth-century ethnography, literature, and art. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988. p. 215-251.

COHN, B. *Colonialism and Its Forms of Knowledge*. The British in India. Princeton: Princeton University Press, 1996.

CURY, M. X. Política de gestão de coleções: museu universitário, curadoria indígena e processo colaborativo. *Revista CPC*, São Paulo, v. 15, n. 30 esp., p. 165-191, 2020.

DIAS, C. da C.; LIMA, A. C. de S. O Museu nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. *Revista do Patrimônio Histórico nacional*, n. 34, p. 199-22, 2012.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da (org.). *A preeminência da imagem e do imaginário nos jgos da memória coletiva em coleções etnográficas*. Brasília: ABA, 2015.

ELDRIDGE, R. Introduction: from representation to poiesis. In: ELDRIDGE, R. (Ed.). *Beyond Representation*. Philosophy and poetic imagination. London: Cambridge University Press, 1996.

EWBANK, C.; LIMA FILHO, M. F. Por detrás de uma coleção do Museu Nacional do Rio de Janeiro: vozes, silêncios e desafios. *Midas* [online], n. 8, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/1233?lang=en>. Acesso em: 28 ago. 2022.

FABIAN, A. *The skull collectors*. Race, Science and America's unburied dead. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

FABIAN, J. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 59-73, 2010.

FINDLEN, P. *Possessing Nature*. Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy. California: University of California Press, 1994.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANÇOZO, M. de C. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

FRANÇOZO, M.; ORDOÑEZ, M. P. Introduction to special issue “Collecting Latin America in nineteenth century”. *Museum History Journal*, v. 12, p. 1-6, 2019.

GONÇALVES, J. R. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/Demu, 2007.

GOSDEN, C.; KNOWLES, C. *Collecting Colonialism. Material Culture and Colonial Change*. London: Routledge, 2001.

INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, T. *The perception of environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Taylor & Francis, 2011.

L'ESTOILE, B. de. *Le Goût des Autres. De l'Exposition colonial aux Arts premiers*. França: Flammarion, 2010.

LIMA, A. C. de S. L. Os Museus de História Natural e a Construção do Indigenismo. *Revista de Antropologia*, v. 30, p. 277-330, 1987.

LIMA FILHO, M. F. (org.). *Tesouros Iny-Karajá*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

LIMA FILHO, M. F. Coleção William Lipkind do Museu Nacional: trilhas antropológicas Brasil-Estados Unidos. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 473-509, 2017.

LIMA FILHO, M. F.; PEREIRA, E. Apresentação: e por falar em coleções e representação. *Sociedade e cultura*, v. 21, n. 1, p. 3-9, 2018.

LIMA FILHO, M. F.; PEREIRA, E. O fascínio do quartzo: notas sobre resiliência a partir de um conjunto de tembetás (*ijé*). In: LIMA FILHO, M. F. (org.). *Tesouros Iny-Karajá*. Goiânia: Cegraf UFG, 2021. p. 32-62.

LOPES, J. R. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: Cirkula, 2017.

LOPES, M. M.; HEIZER, A. (org.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: Eduepb, 2011.

MESSENGER, P. *The Ethics of collecting cultural property*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1999.

MIHESUAH, D. (Ed.). *Repatriation reader*. Who owns american indian remains? Lincoln and London: University of Nebraska, 2000.

O'HANLON, M.; WELSCH, R. (Eds.). *Hunting the gatherers*. Ethnographic Collectors, agents and agency in Melanesia, 1870-1930s. New York: Bergahn Books.

OLIVEIRA, J. P. de; SANTOS, R. de C. M. (org.). *De acervos a coloniais aos museus indígenas: formas de protagonismo e de construção da ilusão museal*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019.

OLIVEIRA, J. P. de. Elementos para uma sociologia dos viajantes. In: OLIVEIRA, J. P. de (org.). *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Ed. Marco Zero, 1987.

OWEN, J. Collecting artefacts, acquiring empire. Exploring the relationship between Enlightenment and Darwinist collecting and late-nineteenth-century British imperialism. *Journal of the History of Collections*, v. 18, n. 1, p. 9-25, 2006.

PEARCE, S. *On Collecting: An Investigation into Collecting in the European Tradition*. London: Routledge, 1985.

PELS, P.; SALEMENCK, O. (Eds.). *Colonial subjects*. Essays on the practical history of Anthropology. Michigan: Michigan University press, 2000.

PEREIRA, E. Representação fonográfica e curadoria sonora: notas sobre dialogia e desentendimento. In: XAVIER, M. C. (org.). *Direitos indígenas no Museu: novos procedimentos para uma nova política*. A gestão de acervos em discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016.

PEREIRA, E. Exercício breve sobre a formação de séries etnográficas a partir de coleções etnológicas. In: LIMA FILHO, M. F.; PORTO, N. (org.). *Coleções étnicas e museologia compartilhada*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p. 14-37.

PEREIRA, E. Dos reyes neozelandeses: notas sobre objetivación museográfica, restos humanos y formación del imperio (Brasil-mares del sur, siglo diecinueve). *Latin American Antiquity*, v. 31, n. 2, p. 360-374, 2020. p. 360-374.

POMIAN, K. *Collectors and Curiosities*. Paris and Venice, 1500-1800. Cambridge, UK: Polity Press, 1987.

REINHEIMER, P. Imigração e arte: o acúmulo de documentos e objetos como forma de construção de si. *Vis*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2014.

ROCA, A. Museus indígenas na Costo Noroeste do Canadá e estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorepresentação. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 117-142, 2015.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, E. W. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, R. de C. M. *No coração do Brasil: a expedição de Edgard Roquette-Pinto à Serra do Norte (1912)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020.

SILVA, F. A.; GORDON, C. (org.). *Xicrin: uma coleção etnográfica*. Fotografias de Wagner Souza e Silva. São Paulo: Edusp, 2011.

SOARES, M. C. de. *A coleção Adandozan do Museu Nacional*. Brasil-Daomé, 1018-2018. Rio de Janeiro: Editora Maud, 2022.

STOCKING JR., G. *Objects and Others*. Essays on Museums and Material Culture. Madison, Wis.: The University of Wisconsin Press, 1985. p. 3-14.

SWANN, M. *Curiosities and Texts. The Culture of Collecting in the Early Modern England*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press 2001.

THOMAS, N. *Entangled Objects*. Exchange, Material Culture and Colonialism in the Pacific. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

TODOROV, T. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

VAN VALTHEM, L. H. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, 2017.